

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB - CAMPUS V
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DE
CAJAZEIRAS - PB

RELATÓRIO DO ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A AÇÃO SUPERVISORA NA 10ª
REGIÃO DE ENSINO DO ESTADO DA PARAÍBA

CURSO: PEDAGOGIA

HABILITAÇÃO: SUPERVISÃO ESCOLAR

PROFESSORA ORIENTADORA: MARILENE DANTAS VIGOLVINO

PERÍODO: 92.1

ELABORADO POR: *Francisca Crivalda Dantas Pinto.*
- CONCLUINTE -

SOUSA(PB), SETEMBRO/1992

ÍNDICE

	página
I. INTRODUÇÃO	02
II. JUSTIFICATIVA	04
III. OBJETIVOS	08
IV. METODOLOGIA	09
V. DESENVOLVIMENTO	11
VI. CONCLUSÃO	17
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
VIII. ANEXOS	20
Observação de matrículas	21
Observação do planejamento escolar	24

INTRODUÇÃO

O tema desse estudo é Ação Supervisora na 10ª Região de Ensino da Paraíba. Esta região se situa na cidade de Sousa - Paraíba.

Pretende-se aqui, analisar a prática educativa dessa atividade profissional no contexto sócio-político e econômico da sociedade brasileira/paraibana.

Nosso interesse pela função supervisora na referida região de ensino originou-se de estudos e discussões realizadas em sala de aula. Isto despertou em nós o desejo de buscar informações mais substanciais sobre a prática da Supervisão e sobre as dificuldades que encontram as supervisoras no desenvolvimento de seu trabalho, pois sabemos que esta prática se dá num sistema educacional que apresenta várias dificuldades.

A educação, durante os últimos anos, não tem merecido a atenção necessária das autoridades competentes de modo a favorecer uma prática educativa de qualidade. Além disso, existe todo um cuidado por parte do próprio Estado para que a Educação não seja utilizada como instrumento que permita o desvelar das relações que se dão no interior da sociedade brasileira, numa tentativa de inibir as possibilidades de transformação desta sociedade.

Neste sentido, a Supervisão Educacional, na forma como tradicionalmente vem sendo exercida, tem se constituído num forte aliado dos governos Federal e Estadual, para o cumprimento de seus propósitos políticos-educacionais, o que justifica inclusive a sua introdução no seio das escolas públicas.

Porém, no momento atual de transformação por que passa a sociedade e a educação brasileira, a comunidade escolar, em geral, e a Supervisão Educacional em particular, procura, no movimento de sua ação e reflexão, rever sua prática pedagógica deslocando o eixo de sua ação individual para o coletivo, o social e o global, ao tratar da questão do ensino-aprendizagem de modo que possa contribuir, efetivamente, para um trabalho educativo transformador.

Desse modo, nós, alunas do VII Período do Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores do Campus V da Universidade Federal da Paraíba, tentando responder às exigências imposta pelo processo de mudanças no campo educacional, pretendemos com esta proposta de trabalho para o estágio supervisionado em Supervisão Escolar, investigar de que modo se realiza a Ação-Supervisora nas escolas de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino, articulada na 10ª Região de Ensino e como é percebida pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo.

Entendemos que, refletir sobre a questão acima proposta torna-se relevante na medida em que buscamos compreender a prática educativa dessas profissionais, sua concepção de escola pública enquanto instância da sociedade, como espaço significativo na luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade, ao tempo em que, teremos experiência educativa de natureza teórico-prática enquanto estagiárias de habilitação em Supervisão Escolar.

JUSTIFICATIVA

Para compreendermos a origem da supervisão no campo educacional brasileiro, é necessário compreendê-la, analisando o contexto histórico nacional e internacional da época em que ela foi inserida, como atividade profissional. Segundo NOGUEIRA (1989) "a origem da supervisão educacional na realidade brasileira, tem a ver com o seu contexto histórico, suas vinculações com o contexto internacional e ao encaminhamento dado as questões nacionais no cenário mundial". (p. 33)

Naquela época, início dos anos 40, o mundo se dividia em dois grandes blocos: Ocidental, liderado pelos americanos e o Oriental formado pela URSS. Nesse contexto internacional ocorre a chamada guerra fria entre estas duas potências do mundo, uma vez que o sucesso e a expansão do socialismo representa perigo para o bloco capitalista. Frente ao crescimento do Comunismo, os americanos trataram de investir nos países capitalistas, oferecendo-lhes assistência técnica com a finalidade de "ajudá-los". Em verdade, a intenção era mesmo manter esses países sob seu domínio e longe da América Latina, entre eles o Brasil.

O governo brasileiro representado por Getúlio Vargas - 1950-1954, mantendo-se no poder, apoiado em bases populistas, defende o desenvolvimento nacionalista numa tentativa de, certa forma, impedir a entrada de capitais internacionais. Tal política gera grandes conflitos e tensões entre as classes dominantes: de um lado, a defesa do desenvolvimento internacionalizado e do outro, do desenvolvimento independente. Isto contribuiu para o desgaste da política de Vargas, pois não conta com o apoio nem da classe dominante e nem da classe operária, o que provoca a sua deposição e, posteriormente, seu suicídio.

Eleito presidente, Juscelino Kubitschek - 1956, que mesmo assumindo uma política de massas, seu governo destaca-se pela implantação definitiva do capital internacional no país. Desse modo, intensifica a entrada de investimentos externos, haja vista ser ele um defensor da internacionalização do desenvolvimento. Por isso, os acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos só vigoraram oficialmente a partir do seu governo, embora, tenham

sido acordados, o primeiro, em 1950, chamado Acordo Geral de Cooperação Técnica e o segundo, Acordo Especial de Serviços Técnicos, data de 1953.

No bojo destes acordos na área educacional foi criado o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar - PABAAE, instalado na cidade de Belo Horizonte-MG, em 1957 e, com ele, a supervisão no campo educacional brasileiro.

O PABAAE tinha três objetivos básicos que o fundamentava. O primeiro deles merece destaque porque é essencial para a compreensão do surgimento da supervisão, já que trata basicamente de sua formação e do seu papel no contexto político e educacional brasileiro, assim formulado: repasse "aos educadores brasileiros dos métodos e técnicas utilizadas na educação primária norte-americana, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio de estímulo à iniciativa dos professores." (NOGUEIRA, 1989, p. 37). Nele, vemos a causa e a razão da supervisão, dos centros de formação, do destaque metodológico, da prioridade aos métodos e técnicas, da atuação no ensino primário e da sua tarefa fiscalizadora.

Inicia-se a formação das supervisoras em Indiana - Estados Unidos para onde várias professoras foram se especializar, regressando, posteriormente, para Belo Horizonte a fim de ministrarem cursos para novas supervisoras. Expande-se assim a prática da supervisão por todo o país.

A partir de então, as escolas passam a ter uma nova figura, a supervisora, cuja formação foi intencional, tendo sido acrítica e apolítica para atender interesses políticos e seguir os mandamentos do sistema político instituído, onde a meta era planejar e controlar. Seu papel era fiscalizar, valorizar a metodologia, o ensino tecnicista, não dar importância ao POR QUÊ e PARA QUÊ FAZER, mas apenas ao COMO FAZER.

Assim, a supervisão inseriu-se no sistema educacional brasileiro intencionalmente por razões prioritariamente políticas.

Entretanto, passe-se uma imagem de que a função supervisora é inovadora, moderna, introdutora de novos métodos e técnicas de ensino, numa tentativa de mascarar sua verdadeira função, ou seja, a de ser transmissora da ideologia da classe dominante que visa a encobrir seu descomprometimento com uma educação democrática, voltada para os interesses da grande maioria da população brasileira. De fato, a supervisão educacional atua numa escola ainda elitista e seletiva, que tem acentuado o processo de margi-

nalização das classes populares, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Acresçamos a tudo que foi dito, o fato de o pensamento conservador ser uma característica geral dos educadores, em todos os níveis, com maiores ou menores exceções dependendo da sua formação acadêmica e do seu compromisso político. É evidente, e não poderia ser de outro modo, que a supervisão desenvolva um trabalho onde o pensar crítico, a transformação, o replanejamento, o questionamento, a busca por interesses comuns não estão presentes em sua prática educativa.

Embora a supervisora tenha tido e, ainda tenha, uma formação acrítica, apolítica, ao organizar-se como categoria, nos movimentos sindicais e sociais, nos Encontros Nacionais de Supervisores Educacionais - ENSES, e na luta do dia-a-dia, começa a ter uma visão crítica da realidade, passando a refletir sobre a função de agente reproduzidor da ideologia dominante que desempenha a função de agente de transformação, ou seja, de agente da contra-ideologia que poderá desempenhar.

Neste sentido, pôde alargar sua visão, ter consciência da sua verdadeira realidade, da possibilidade de desenvolver dentro da escola um trabalho voltado para a transformação da sociedade, de rebelar-se e não limitar-se apenas a receber ordens sem questioná-las. Não apenas obedecer, mas criar, inovar, repensar, não ver os fatos como acontecimentos naturais e corretos; a tomar decisões; a crer que as decisões do Estado burguês só beneficiam a ele próprio e prejudica alunos e professores.

Só assim, conseguirá uma educação voltada para todos, sem distinções entre dominantes e dominados.

Para isso, o pensar crítico, o espírito de luta, o trabalhar coletivamente, torna-se parte integrante e força propulsora de sua ação educativa.

Repensar a prática da supervisão educacional significa, enviar esforços, ao lado dos demais profissionais da educação, para conquistar uma escola democrática que assuma, de fato, sua função política, como um espaço de luta, junto a outras instituições sociais, para a superação das contradições existentes, porque "a luta pedagógica não é, senão, uma forma de luta, ao lado da luta econômica, social e política." (CHARLOT, 1983, p. 302)

Segundo Marilena Chauí, o que faltou à formação dada à supervisora educacional foi uma visão política do contexto histórico no qual se insere a ação educativa. É necessário que a supervisora

adquira uma consciência crítica da realidade brasileira, forjada nas lutas e redimensionando a sua ação educativa incorporando a esta, sua ação política.

Por tudo isso, pretendemos neste trabalho analisar a prática e as bases teóricas da ação supervisora nas escolas de 1º e 2º graus da rede estadual articuladas na 10ª Região de Ensino da Paraíba, com vistas a delinear seu perfil e descobrir perspectivas para o seu fazer pedagógico.

OBJETIVOSGERAL:

* Conhecer e refletir sobre a prática educativa da Ação Supervisora na 10ª Região de Ensino da Paraíba e a aceitação que tem a comunidade escolar pelo exercício da supervisão.

ESPECÍFICOS:

1. Aprofundar nos conhecimentos sobre Supervisão Educacional, de modo geral e, em particular, na 10ª Região de Ensino da Paraíba;
2. Caracterizar a dimensão educativa da função supervisora na referida região de ensino;
3. Refletir, numa perspectiva crítica, a avaliação e/ou propostas apresentadas pela comunidade escolar para a prática educativa na região supra-citada.

METODOLOGIA

Este trabalho engloba as características de um estudo exploratório, cujo objetivo fundamental é buscar esclarecimentos científicos. VERGER (1982) e SELTZ (1967) mostram que:

"A PESQUISA NO SEU NÍVEL EXPLORATÓRIO É UM TRABALHO QUE TEM COMO FINALIDADE DESENVOLVER E ESCLARECER OS FATOS, VISANDO A MODIFICAR CONCEITOS E IDÉIAS PARA A FORMULAÇÃO DE NOVOS PROBLEMAS E HIPÓTESES PARA ESTUDOS POSTERIORES." (pág. 134)

Envolvemos ainda, neste estudo, levantamentos bibliográficos e documentais, entrevistas não padronizadas e estudos de casos, com o objetivo de proporcionar uma visão geral e aproximativa dos fatos.

Diante dessa visão e compreensão sobre estudo exploratório, justificamos a escolha por essa metodologia, em virtude da natureza do problema ora proposto. Para conhecermos a prática político pedagógica da supervisora na 10ª Região de Ensino do Estado da Paraíba, mais precisamente na Escola Estadual de 1º grau localizada na cidade de Sousa.

Desse modo, procuramos analisar aqui a concepção teórico-metodológica subjacente à prática educativa do supervisor na referida escola, suas relações com os elementos do processo ensino-aprendizagem, suas condições de trabalho, sua realização pessoal e profissional, sua concepção de escola pública. Enfim, como se dá a relação entre o supervisor e a comunidade escolar, como esta avalia sua atuação e como gostaria que fosse exercida, de forma que possamos traçar seu perfil e apontar perspectivas.

Fica explícito a necessidade de realizarmos um trabalho direto no campo onde se realiza a ação supervisora, com o intuito de melhor compreendermos a questão proposta para estudo e podermos elaborar um relatório contendo o desenvolvimento da experiência.

Por isso, este trabalho foi concentrado na figura do supervisor, mas envolve também outros elementos inseridos no processo ensino-aprendizagem, como professor, aluno, corpo técnico-administrati-

vo, auxiliares de serviço, etc., que, direta ou indiretamente, contribuem para a compreensão do fenômeno em estudo, bem como, para a obtenção de um universo variado e significativo.

Para efetivação desse trabalho optamos pelos procedimentos metodológicos adequados a um estudo dessa natureza, como observação simples e entrevistas não estruturadas, pois só através do contato direto do dia-a-dia do trabalho da supervisora, teremos condições de entender como se dá na prática, a Ação Supervisora na 10ª Região de Ensino.

Escolhemos a observação e as entrevistas por serem instrumentos adequados para apreendermos o objeto de estudo, na medida em que podemos acompanhar in loco o dia-a-dia dos sujeitos, o significado que eles dão à realidade que os rodeia e às suas próprias atividades.

Assim sendo, foram feitas duas observações simples: uma durante o período de matrículas e outra, quando da elaboração do planejamento anual das atividades da escola escolhida para esta fase do estudo.

Da mesma forma, dando seqüência ao planejamento elaborado para esta pesquisa, foram feitas vinte (20) entrevistas, gravadas em fitas cassetes, envolvendo professores, alunos, auxiliares de serviços, direção e o próprio supervisor, todos da escola objeto desta pesquisa. Para a consecução das entrevistas foram elaborados dois tipos de questionários: um específico para o Supervisor Escolar, e outro, para os demais agentes entrevistados. Esses questionários seguiram um roteiro estabelecido e delineado a partir da justificativa e objetivos apresentados anteriormente.

As entrevistas, por sua vez, nos ajudaram no aprofundamento da investigação, possibilitando à captação imediata e coerente das informações desejadas.

Definidos os instrumentos, pretendemos analisar e interpretar os dados, à medida em que foram coletados, de forma a permitir uma retroalimentação contínua para novas coletas e interpretações.

DESENVOLVIMENTOVISÃO ACERCA DA AÇÃO SUPERVISORA NA 10ª REGIÃO DE ENSINO DA PARAÍBA

A Escola Pública brasileira tem, a exemplo de outros setores públicos, vivido um dos momentos de maior desagregação e sucateamento, na história educacional de nosso país.

Vítima dos projetos políticos "elaborados" e "empacotados" pelos E.U.A., a escola pública brasileira vem ao longo dos anos se definindo: os financiamentos para este setor são ínfimos, a falta de unidades escolares que acolha o número de procura, ou seja, o déficit estrutural, o despreparo da maioria dos profissionais, o descompromisso dos segmentos que a constituem em transformá-la, a falta de seriedade e o descumprimento das normas legais referentes à educação nacional; a intervenção politiqureira dos nossos governantes que despejam em sala de aula profissionais adversos às exigências dos seus cargos, em troca da manutenção do poderio político. Acima de tudo, a escola pública, em virtude dos projetos políticos governamentais tem caminhado para o descrédito total, para a apatia, o fracasso e a sua extinção, vindo a dar lugar à tão esperada supremacia do ensino privado.

Uma escola pública, gratuita e de boa qualidade para todos os brasileiros, a exemplo do que foi pensada na sua gênese, tem sido a tônica dos setores educacionais comprometidos com a transformação dessa realidade a que vivemos submetidos, no entanto, "eles" ainda são poucos diante dessa gama de poderosos que através de seus projetos a determinam e a direcionam para seus objetivos e para as condições estabelecidas pelos EUA, ou seja, uma educação de baixa qualidade para sustentar e servir de infra-estrutura para a dominação e a exploração do nosso povo.

Avaliando as escolas públicas brasileiras, só as dissecaremos, partindo de suas peculiaridades, já que no geral, a maioria delas sofrem do mesmo mal (o descaso), são acometidas pelos mesmos germes (desvalorização, desmotivação, inflação, inanição, desarticulação) transmitidos pelos mesmos hospedeiros (governantes).

A escola pública pesquisada, com sede circunscrita na 10ª região de ensino do Estado da Paraíba não foge à regra geral. A própria concepção da realidade escolar que cerca seus segmentos é bastan-

te pessimista. Do ponto de vista da escola pública que ela é, seus agentes a consideram fracasas

"A escola pública como está não atende as necessidades da comunidade, a não ser que seja feito um trabalho de conscientização política, de reflexão..." (entrevista nº 01)

"É muito fraca, tenho dois filhos e só não estudam na escola pública porque não adianta e a gente sabe como é... O ensino é fraco demais..." (entrevista nº 06)

"Defasada demais, apesar de promessas de campanha nada acontece." (entrevista nº 13)

"Está em decadência, tá faltando muita coisa. As escolas estão mal vistas até pelo aluno de classe média, pois só estuda nela quem não pode mesmo pagar." (entrevista nº 14)

Assim também é sua realidade no tocante aos recursos nela existente:

"A escola é apertada, não tem auditório como os outros, não tem livros e nem cadernos." (entrevista nº 02)

"É muito precário o espaço físico. A escola não tem espaço nem para reunir e fazer o planejamento. Não tem livros, não tem acesso e nem onde estudar... Temos o vídeo escola que não funciona, e não temos acesso às fitas portanto não tem proveito nenhum." (entrevista nº 01)

"Não existe biblioteca, salas apertadas, não tem espaço para recreação, salas no sol, um calor danado etc." (entrevista nº 12)

"Escola pequena, desestruturada, sem material didático" (entrevista nº 15)

Este é apenas um dos reflexos que mostram como vem sendo tratada a educação, do ponto de vista econômico, que faz desembocar nesses desestimulantes quadros educacionais. O que ainda se conta nesta unidade escolar é com o material humano (diretor, auxiliares, professores e alunos) e com um excasso material básico: giz, quadro de giz e, por vezes, merenda.

Os governantes brasileiros, em todas as esferas, vivem a elaborar projetos mirabolantes para a educação. Exemplo disso é o então projeto da Secretaria de Educação da Paraíba do governo Cunha Lima, denominado "CHAMADA ESCOLAR" que através dos meios de comunicação de massa, incentivou toda a população paraibana à matricu-

lar-se nas escolas públicas do Estado sem que tivesse dotado tais estabelecimentos para o crescente número de procura. Através de promessas e mentiras, o ano letivo de 1992 começa com toda essa pressão por parte do governo estadual em que as unidades escolares se adaptem a um projeto que somente "eles" conhecem e entendem seu teor, já que direção, alunos e professores desconhecem -no:

"Nunca ouvi falar" (entrevista nº 02)

"Não vou me precipitar em falar da chamada escolar porque só se deve falar de uma coisa, quando se conhece a prática e este assunto é coisa muito nova, então não dá pra dizer nada agora." (entrevista nº 04)

"... Não tem nem material didático para os que já tinha antes, quanto mais para os da chamada. Não pode dar certo porque o bebinho não criou nenhuma escola, não comprou carteira e nem nomeou professores: tudo ficou pior..." (entrevista nº 03)

"É mais um incentivo para atrair os alunos e superlotar as classes, porque incentivo a educação não é, não existe o funcionamento dessa chamada sem as condições físicas e humanas que são pérrimas." (entrevista nº 08)

"... Tem um cartaz na escola que diz 'CHAMADA ESCOLAR, CHARADA PRA ENGANAR'. Foi pra enganar, isso não passa de uma farsa." (entrevista nº 15)

Estão também embutidos na "Chamada Escolar" alguns entes, aparentemente novos e que até o presente ainda não estão claras para a comunidade educacional da Paraíba, principalmente, no tocante à figura do Agente Escolar:

"Eu não vi essa pessoa. Os professores não ensina o que é isso a gente." (entrevista nº 02)

"O Agente vem para trabalhar na secretaria com papéis, olhando diários, notas, planos de aula etc." (entrevista nº 03)

"Foi implantado nas escolas uns agentes educacionais no sentido de vigiar simplesmente os diários, notas de aluno, aulas registradas, presença, a ordem da secretaria até mesmo o próprio diretor." (entrevista nº 05)

"As Agentes teve na escola fizeram uma reunião, falaram do trabalho que iam desempenhar e que era como uma ação comunitária, um trabalho em conjunto, iam ajudar até no melhoramento da escola,

eu achei válida a proposta delas." (entrevista nº 11)

"Acho que o Agente veio substituir o supervisor, porque as pessoas que eram supervisoras passaram a ser agentes." (entrevista nº 13)

"... Esse fiscal que o professor falou, não sei como é, não vi ele não." (entrevista nº 17)

"... Mas isso é um trabalho novo, não faz nem um mês que o pessoal tá nas escolas, além do mais é mal vistas pelas diretoras, professores e até do próprio aluno." (entrevista nº 01)

Apesar de pouco conhecido na escola, o supervisor tem conseguido manter uma certa diferenciação no plano de suas funções, com o Agente Educacional. Embora alguns encontrem nos dois pontos comuns distinguam-no, num aspecto fundamental, na relação com o processo do ensino-aprendizagem, vendo no supervisor aquele que não incorpora a função disciplinar e fiscalizadora do Estado, mas que em alguns aspectos se confundem nas ações tecnoburocráticas que juntos desenvolvem na escola.

É portanto dentro deste contexto histórico e estrutural que situamos a Ação Supervisora, fonte básica e precípua desta análise e que, se expressa de forma contundente na avaliação dessa ação pelos diversos entrevistados.

Na unidade escolar pesquisada não existe o trabalho do supervisor, por isso, todas as vezes que os entrevistados falaram de alguma ação supervisora, referiam-se à atuação do supervisor da 10ª região de Ensino, encarregado de atender ou "assistir" àquele estabelecimento. Mesmo assim, nota-se a constante falta de conhecimento dessa prática por parte da maioria dos entrevistados, já que em seus depoimentos eles afirmam que esta não existe ou eles não a conhece.

Tal fato é corroborado por parte de alguns entrevistados que de certa forma denominaram "Supervisor" outra pessoa que não esse profissional. Ao referirem-se à prática da supervisão nessa escola, que, no cotidiano não possui supervisor, expressaram ser "este" o que prestava atenção aos alunos em sala de aula pra saber se eles estavam "dando trabalho", ou seja, aquele que atua na disciplina. E ainda, para eles, o supervisor era aquele que auxiliava o professor, explicando melhor os conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

Há também alguns entrevistados que fazem alusão acerca da prática da supervisão neste estabelecimento. Essas pessoas têm conheci-

1)

mento da prática da supervisão, de algumas reuniões que o supervisor da 10ª Região fez com eles, repassando as técnicas e métodos novos, ou seja, um trabalho não contínuo, apenas accidental, pois só concreto quando aparece alguma novidade na área dos métodos de ensino e por isso, o supervisor vai até o estabelecimento, reúne os professores e repassa-os. Por ser accidental, é preciso que a direção da escola esteja sempre atenta para detectar as dificuldades sentidas no processo de ensino para então procurar a 10ª região e o supervisor se dirigir até a escola para tentar resolver tais dilemas.

Em nenhum momento frisou-se a preocupação do supervisor em, por si só ou pelo seu trabalho, perceber as necessidades da escola e do processo ensino-aprendizagem como aspectos dinâmicos. É também visível o cooperativismo entre a direção da escola e a supervisão da 10ª Região, o que demonstra as mesmas relações políticas das sociedades capitalistas subdesenvolvidas.

A fundamentação teórica para a prática da supervisão é, por assim dizer, o marco delimitador da postura profissional dos que assumem tal função. Quando em depoimento alguém fala que a prática da supervisão é fundamentada teoricamente, emerge a preocupação em determinar o tipo de bibliografia usada para essa formação, os objetivos que a norteia e a sua contribuição para a adequação de um processo ensino-aprendizagem à realidade conjuntural dos agentes nele envolvidos.

Percebe-se também que apesar da formação superior para o desempenho dessa função específica na Educação, a Ação Supervisora em debate sobrevive das revisões dos conteúdos, suas adaptações a possíveis metodologias (muitas delas copiadas ou jogadas pelos órgãos governamentais para serem aplicadas sem reflexões) e o seu consequente repasse. Esse repasse se dá na elaboração de planos de aulas e na maioria das vezes, sua aplicação e efetivação não têm um acompanhamento, uma re-avaliação e, torna-se, por assim dizer, mero especulação do processo ensino-aprendizagem.

As questões mais levantadas são as concernentes às dificuldades em se ter, de fato, uma prática efetiva nos estabelecimentos educacionais frente a todo esse quadro nacional. Porém, temos notado que essa análise não tem passado, pelo menos na região pesquisada, pela origem central do problema que é, sem dúvida, o sistema político a que vivemos subjugados. Eleva-se quando da citação desses entraves as condicionantes regionais ou pessoais do Agente como se pudéssemos reduzir as nuances sociais a um simples e único problema.

Quanto à articulação da Ação Supervisora com a ação dos outros

agentes que atuam na escola é de muita dependência e se dá da mesma forma que a inter-relação entre a escola e a comunidade, já que esta, apesar de contê-la, parece viver à mercê daquela.

Percebe-se ainda, que a incidência de uma prática não questionadora por parte dos profissionais da supervisão, e até a intuição também acrítica da Ação Supervisora dos diversos segmentos que estão envolvidos no processo educativo, faz parte de um projeto direcionado e condicionado, que ao longo dos tempos vem sofrendo com a falta de uma diretriz concreta que ajude os profissionais a clarearem suas atividades e posturas e se encaminhem para uma prática consciente, crítica e madura frente à comunidade escolar e, principalmente, determinante de um novo pensar sobre a sociedade.

CONCLUSÃO

Com base nos dados levantados e nas referências consultadas, conclui-se que a Ação Supervisora da amostra tem características similares às Ações tecnoburocráticas da educação. Esse posicionamento é corroborado pelas características básicas da tecnoburocracia e que foram ressaltadas nas entrevistas: a implantação e adequação dos projetos educacionais advindos dos órgãos institucionais, assessoramento às práticas dos professores, o repasse e as informações sobre as mudanças educacionais ou decisões saídas dos gabinetes governamentais, as respostas e soluções mágicas aos diversos problemas ou necessidades no processo ensino-aprendizagem, a dissociação da prática supervisora das práticas dos demais profissionais envolvidos na comunidade escolar e, em consequência, seu desligamento do processo histórico-social.

São também essas mesmas características que determinam a visão da prática do supervisor pelos entrevistados. Apesar de não existir um supervisor na escola pesquisada, há um profissional determinado na própria 10ª Região de Ensino que a supervisiona, e esse fato supõe que essa prática, desse profissional, deveria ser mais sentida em meio às diversas atividades da unidade escolar. Constatou-se no entanto, que esses segmentos que compõem a amostragem da pesquisa não conseguiram sentir tal ação e isso tem permitido a concepção e a necessidade de uma prática mais imediata,

Esse quadro que ora se configurou pode parecer desestimulante e estorcedor para muitos que estão se preparando para integrar os quadros da Supervisão Escolar - e não deixa de ser - mas, é também para aqueles que estão dispostos a lutar pela transformação deste, um grande motivo. Porém, na medida em que analisamos esta realidade, devemos nos sentir responsáveis, desde já, pela sua mudança, trabalhando para que um maior número de supervisores da nossa região despertem para uma nova concepção da Ação Supervisora, fazendo sucumbir a tecnoburocracia.

Esse despertar vai requerer de nós, educadores comprometidos com as transformações sócio-políticas e econômicas, uma tomada de posição ante o projeto de educação que nos é imposto e o que construiremos, mediatamente, no nosso dia-a-dia. É preciso quebrar o

isolamento nos organizando enquanto categoria, principalmente no sertão paraibano. Essa atitude nos proporcionará maior entrosamento e partilha das diversas experiências hoje vividas nesta região e que, com certeza, nos ajudará a fazer uma re-leitura da prática da supervisão e por conseguinte, construirmos um projeto comum para nossas ações. Acima de tudo, precisamos resgatar o caráter coletivo do trabalho educativo, formando e transformando o novo 'homem', capaz de recriar, analisar, discutir e conviver com o ambiente físico e a dinâmica social, sem perder de vista seus direitos e prioridades básicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Nilda e GARCIA, Regina L. (orgs.). O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais. São Paulo : Loyola, 1980.
- AGUIAR, Márcia Ângela. Supervisão Escolar e Política Educacional. São Paulo : Cortez, Recife: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado, 1991.
- BARROS, Aidil, J. P. de e LEHFELD, Neide A. S. de. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis : Vozes, 1990.
- CADERNOS CEDES, nº 6. Especialistas do Ensino em questão. São Paulo : Cortez, 1989.
- _____, nº 7. Supervisão Educacional: novos caminhos. São Paulo, Cortez, 1989.
- CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria de educação. 2ª ed.. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1983.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo : Atlas, 1989.
- _____ . Métodos e Técnicas de pesquisa social. São Paulo : Atlas, 1987.
- MEDEIROS, Luciene e ROSA, Solange. Supervisão Educacional: possibilidades e limites. São Paulo : Cortez, 1987.
- NOGUEIRA, Marta Guanaes. Supervisão Educacional: a questão política. São Paulo : Loyola, 1989.
- SILVA, Naura Syria I. C. da. Supervisão Educacional: uma reflexão crítica. Petrópolis : Vozes, 1981.

OBSERVAÇÃO DE MATRÍCULAS

Tendo em vista conhecermos a prática pedagógica e como se dá o trabalho de matrículas nas escolas públicas estaduais, fomos à Escola Estadual de 1º grau X, localizada na cidade de Sousa, nos dias 10 e 11/03/1992 e observamos todo o desenvolvimento desse processo e quais os fatores que contribuem para organização da escola como um todo. Ao chegarmos na escola, a secretária nos disse que já havia encerrado as matrículas e procurássemos outra escola. Mesmo assim, resolvemos ficar, apesar de já ser o final. Entregamos o ofício e procuramos nos ambientar mesmo sem estímulo e interesse por parte das funcionárias. Isto ocorreu no período da tarde, as matrículas começaram às 14:00 h, mesmo com a presença dos pais e responsáveis, é que as funcionárias chegaram atrasadas. Além disso, a primeira coisa foi abrirem as portas, ligarem o som com músicas de Chitãozinho e Xororó num volume não tão baixo, pois chegava a atrapalhar a audição. Então, as pessoas que desejavam fazer matrículas se aproximaram, e antes que as mesmas falassem, a secretária dizia que não havia mais vagas para as séries de alfabetização, 3ª e 4ª séries, então começou a reclamação por parte das mães, dizendo que o governo colocava na televisão que tinha vagas para todas e a escola dizia que não havia. Elas perguntavam como era aquilo e quem estava mentindo? A secretária respondeu que o governo era quem estava mentindo, pois não tinha espaço físico e nem condições de atender a mais alunos do que as que já tinham no estabelecimento. Outra mãe falou que a propaganda da "chamada escolar" dizia que havia vagas para todos e que estas estavam guardadas e garantidas. Por isso, não tinha vindo antes. Como resposta a isso, a funcionária disse que o governo realmente garantia vagas a todos, mas havia esquecido do principal que era dá condições a escola de receber a todos que a procura, e dispor de recursos básicos como: salas, cadeiras, professores. Ainda explicou que cada professor tinha 40 alunos, e estes alunos iriam sentar no chão, ali no pátio, se matriculasse todas.

Mesmo assim, teve pessoa que não desistiu, ficou no pé e usando de argumentos como os já citados e que já tinham falado com a diretora, entre outros. Desse modo, 06 conseguiram matrículas na 4ª série. A secretária explicou, que ia fazer, mas estes iriam ficar com os veteranos porque não faziam mais de nenhum novato,

uma vez que as professoras iriam reclamar, assim não poderia fazer nada.

Para a realização da matrícula era necessário os seguintes documentos, para novatos: histórico escolar, xerox do registro, dois retratos 3 x 4, e os dados fornecidos pela mãe para preencher uma ficha como: escola que vem, município, nome do aluno, data de nascimento, naturalidade, filiação, endereço atual, renda familiar, assinatura do responsável. Anexava esta ficha aos documentos para arquivar.

A sala onde acontecia as matrículas era ampla, continha seis bistrôs, Somente três eram ocupados, uma secretária e duas auxiliares que estava presentes a pedido da diretora. Então aqui se dizia encerrada as matrículas. No dia seguinte íamos ver o procedimento de arquivação dos materiais, divisão de turmas e turno.

Fomos no período da manhã, onde o expediente se iniciou às 8:00h. Mais uma vez ao chegar, a primeira coisa foi ligar o som com músicas de Daniela Mercury e começaram as separações das turmas pela faixa etária como pré-escolar de 5 a 7 anos, alfabetização de 7 a 9 anos, mas tinha aluno até aos 12 anos.

Chegou a diretora que vinha de uma reunião na 10ª região de Ensino com os seguintes avisos: Iriam abrir mais uma 1ª série e uma 2ª porque a diretora da 10ª Região nomeou dois professores pra lá e dissera que podiam matricular os alunos e fosse como fosse arranjassem espaço, e a diretora disse não sabia o que ia fazer acerca desse problema.

Não podiam matricular alunos com mais de 10 anos na 1ª série, a partir disto seria encaminhado para a 10ª e ela se encarregava de encaminhar à uma escola de jovens e adultos. Neste dia a procura por vaga foi pouca, porque já tinham avisado do encerramento da matrícula no dia anterior, mas ainda veio gente procurar vagas para 3ª e 4ª séries e foram encaminhadas a 10ª.

Para conseguir a transferência era paga uma taxa de R\$ 1.000,00.

A supervisora estava de férias, mas veio para a separação de turmas e turnos dando sua colaboração.

Concluimos que o programa escolar de 1992 da Secretaria de Educação da Paraíba regulamenta que sejam matriculados todos que procurarem a escola, não importa como vão estudar, o que interessa é fazer a matrícula. Cada sala deve conter 40 alunos e os demais participam do horário intermediário.

A "chamada escolar" do governo é um planejamento que não pode se concretizar, porque não foi levado em conta o espaço físico e as condições estruturais das escolas.

Vimos também que as séries mais prejudicadas foram 3ª e 4ª séries pois a procura nestas séries foi bem maior. Sentimos a ausência da supervisora no ato das matrículas, quando a mesma é de suma importância para a escola, mas ela nos disse que não compareceu porque já conhece a todos e não iam receber novatos.

Estas observações foram muito proveitosas, pois nos serviu para desenvolvermos melhor nosso trabalho na prática do estágio supervisionado que ora iniciamos.

Em relação ao período de matrículas podemos notar algumas falhas como o som que atrapalhava, o atraso das funcionárias etc, mas tudo isso pode ser corrigido.

Tudo que vimos nas escolas serviu para adquirirmos experiências que servirão para nossa vida profissional, e para que possamos lutar por uma escola pública de boa qualidade.

OBSERVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESCOLAR

O planejamento da referida escola realizado no dia 06/ 04 / 1992, foi feito com a diretora, supervisora, secretária e todos os professores. Tratava-se da distribuição de salas por séries, local da biblioteca, secretaria, distribuição de turmas e turnos, além de outros itens.

Na distribuição de turnos foi o seguinte: pela manhã 02 turmas de pré-escolar, 04 turmas de alfabetização, 02 turmas de 1ª série e as demais turmas no período da tarde.

Foi colocada as dificuldades de trabalhar com a turma numerosa, a falta de espaço, a falta de materiais como livro, cartilhas etc. E num tom de crítica a supervisora disse que iriam dispor de todo material necessário, pois o governo agora não deixaria faltar nada.

A supervisora leu alguns dos decretos da "chamada escolar", levantaram questões e juntos debateram e reivindicaram seus direitos, demonstrando preocupação com a Educação e a falta de estruturação do "sistema".

No período da tarde iam se reunir para juntas fazerem os adornos das salas.

Concluimos que pelo menos no momento em que estávamos presentes o relacionamento entre diretor-supervisor-escola é de harmonia, pois existiu diálogo e troca de opiniões. Percebemos também a insatisfação com a "chamada escolar" onde muitos alegaram que o governo estava jogando a escola contra a comunidade.

Quanto a essa falta de estruturação interfere no desenvolvimento da Educação em relação ao campo do trabalho. É necessário uma educação voltada para os reais interesses da sociedade, onde se disponha de verbas, as quais sejam realmente aplicadas e fiscalizadas. Levando-se em consideração que as verbas distribuídas ou destinadas à educação geralmente são desviadas.

É preciso destinar recursos para materiais didáticos, manutenção de biblioteca porque as que existem não dão condições de pesqui-

sas. Faz-se necessário também pagar melhores salários.